

A. I. N° - 206925.0006/05-5
AUTUADO - PAPELCIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
AUTUANTE - JOÃO CARLOS RIBEIRO FILHO
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 11. 10. 2005

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0363-04/05

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. DESENCONTRO ENTRE O VALOR DO IMPOSTO RECOLHIDO E O ESCRITURADO NO LIVRO DE APURAÇÃO DO ICMS. Infração caracterizada. 2. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. A legislação do ICMS estabelece aplicação da multa de 1% sobre o valor das operações realizadas pelo contribuinte, em razão da falta de apresentação dos arquivos magnéticos quando regularmente intimado. Rejeitadas as preliminares de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/06/2005, exige o pagamento do ICMS e da multa no valor de R\$49.508,01, em razão das seguintes infrações:

- 1 – Recolhimento a menos do imposto decorrente do desencontro entre o valor recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS.
- 2 – Não apresentou os arquivos magnéticos com informações das operações ou prestações realizadas, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2005, contendo os itens de mercadorias constantes dos documentos fiscais.

O autuado ao impugnar o lançamento fiscal, fls. 24 a 28 dos autos, alegou, inicialmente, como preliminares de nulidade, os seguintes tópicos:

- Inexistência de demonstrativos da apuração, não se podendo ter segurança em relação à base imponível, até mesmo quanto ao alcance da multa, se sobre as saídas ou entradas e saídas.
- Insegurança na determinação da infração e conseqüente cerceamento do direito de defesa, tendo em vista que o autuante, apesar de citar que a infração seria “a falta de apresentação dos arquivos magnéticos”, logo em seguida, diz que a infração seria a ausência dos registros de itens de mercadorias nos arquivos.

No mérito, argumenta que sendo admitida a infração como sendo a ausência dos registros de itens de mercadorias, o art. 708-A do RICMS/BA prevê que “O arquivo magnético deverá ser entregue via internet através do programa Validador/Sintegra, que disponibilizará para impressão o Recibo de Entrega de Arquivo magnético cancelado eletronicamente após a transmissão; ou na Inspetoria Fazendária do domicílio do contribuinte, acompanhado do Recibo de Entrega de Arquivo Magnético gerado pelo programa VALIDADOR/SINTEGRA, após a validação, nos termos do Manual de Orientação para usuários de SEPD de que trata o Convênio ICMS 57/95”.

Afirma que consta do Auto de Infração situação idêntica, o que reforça a verdadeira caracterização da infração como sendo a falha relativa aos aludidos registros e denota que não foi seguido pela fiscalização as normas do “Manual de orientação para usuários de SEPD”, pois não foram levadas a efeito as providências exigidas pelos itens 26.1 e 26.2 do referido manual.

Cita julgamento realizado pela 2ª Câmara do CONSEF, nº 0159-12/05 e esclarece que a fiscalização não pode impor a pesada multa de 1% sobre as saídas de cada mês depois da entrega dos arquivos pela internet, sem que qualquer alerta de irregularidade tenha sido feito e sem ter sido ofertado oportunidade de correção de arquivos.

Salienta que se ultrapassada a nulidade e a improcedência da autuação, deve ser reduzida a sanção, sendo cobrada a multa de R\$ 50,00 por exercício, conforme decisão análoga do CONSEF, nº 0241-12/04.

Ao finalizar, requer que o Auto de Infração seja julgado nulo ou improcedente ou, no máximo, procedente em parte com redução da multa aplicada.

O autuante ao prestar a informação fiscal, fls. 37 a 40 dos autos, aduziu que a base de cálculo está explicitada, em termos de valores, no demonstrativo de débitos à fl. 03. Em segundo lugar, os valores lançados como base de cálculo, correspondem às saídas do estabelecimento, como está indicado na presente lide, na capitulação da multa aplicada, conforme disposto na Lei 7.014/96, portanto, descabe a nulidade. Ademais, os valores de saídas foram coletados diretamente da escrita fiscal da autuada, sendo que tais valores encontram-se demonstrados na Auditoria da Conta Corrente do ICMS (fl. 14).

Afirma que a empresa foi intimada em duas oportunidades, a fim de apresentar os arquivos magnéticos, conforme cópias anexas fls. 19 e 20, além da intimação efetuada no início da ação fiscal (fl.18), sendo que as referidas intimações tinham por objetivo requisitar a apresentação dos arquivos magnéticos contendo, principalmente, o registro 54, itens de mercadorias.

Ressalta que não está se falando de inconsistência de arquivos, mas sim, da ausência de informações obrigatórias. Não seria o caso de efetuar-se testes de consistência de arquivos, mas de analisar o conteúdo desses arquivos, a fim de verificar se os mesmos atendiam aos preceitos legais.

Por fim, solicita que o Auto de Infração seja julgado totalmente procedente.

VOTO

O fundamento da autuação foi em razão do autuado ter efetuado recolhimento a menos do imposto decorrente do desencontro entre o valor recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS, no valor de R\$ 56,60, além de deixar de fornecer os arquivos magnéticos com informações das operações ou prestações realizadas relativo ao exercício de 2001, pelo que foi aplicada a multa no valor de R\$49.451,41, equivalente a 1% do valor das entradas e saídas de mercadorias ocorridas nos referidos exercícios.

Inicialmente, ressalto que o autuado reconheceu a infração 01, portanto, não existe lide em relação a mesma, devendo ser mantida na autuação.

Quanto as preliminares de nulidade suscitadas pelo defendente, tenho a esclarecer o seguinte:

- Consta do referido PAF o demonstrativo de débito, pág. 03, onde pode ser verificada a base de cálculo, correspondente às saídas do estabelecimento durante o exercício fiscalizado e a multa aplicada.
- A infração está claramente descrita nos autos, como sendo o não fornecimento dos arquivos magnéticos ao fisco, após intimação, conforme legislação em vigor, portanto, não há o que se falar em cerceamento do direito de defesa, uma vez que o Auto de Infração preenche todas as formalidades legais previstas.

No mérito, ressalto que o lançamento tributário foi motivado pelo descumprimento da exigência prevista no artigo 708-B do RICMS/BA e não no artigo 708-A como interpreta o defendente na sua

peça defensiva. Assim, não constatei a dualidade de interpretação da infração como sucinta o autuado.

Para documentar a infração, o autuante, além de outros documentos, fez a juntada aos autos às fls. 19 e 20, de duas intimações expedidas ao autuado, cujas ciências ocorreram em 06/05/2005 e 24/05/2005, respectivamente, além da intimação efetuada em 15/04/2005, conforme folha 18, o que corresponde a um prazo de mais de 60 dias da data da lavratura do auto, apesar disso, não foi atendido pela empresa.

Conforme artigo 708-B do RICMS/BA “O contribuinte fornecerá ao fisco os documentos e o arquivo magnético de que trata este capítulo, sempre que for intimado, no prazo de 5 dias úteis contados da data do recebimento da intimação, sem prejuízo do acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meios magnéticos”.

No mais, entendo que descabe a redução da multa requerida pelo autuado, uma vez que os art. 42, inciso XIII-A, alínea “g”, especifica a multa de 1% do valor das saídas de mercadorias para esta infração.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206925.0006/05-5**, lavrado contra **PAPELCIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$56,60**, sendo R\$14,29, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “b”, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos moratórios, e R\$42,31 acrescido de idêntica multa, e dos acréscimos legais, além da multa no valor de **R\$49.451,41**, prevista no inciso XIII-A, alínea “g”, do mesmo artigo e lei.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de outubro de 2005.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA